



## DAS IMAGENS ÀS IDENTIDADES: A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA ENQUANTO RELAÇÃO CONSTITUTIVA

Andrea Azevedo<sup>1</sup>

Analisando os processos de representação formal enquanto importantes elementos constitutivos das identidades individuais, o artigo propõe discutir esses processos de representação política, nesse caso, especificamente, àqueles referentes à representação eleitoral, enquanto espaços cruciais para se validarem os discursos hegemônicos no campo político, inclusive, os discursos e padrões referentes às questões de gênero. A base da apresentação de dados parte da pesquisa "Carreira Política e Gênero no Brasil"<sup>2</sup>, que buscou identificar alguns dos principais elementos na constituição e construção da carreira política de homens e mulheres na disputa por cargos eletivos no poder executivo estadual no Brasil nas eleições de 2006.

Desdobrando a análise das candidaturas e definidos, a partir do perfil determinado na pesquisa, os principais elementos para os cargos, a partir dos candidatos e candidatas ao cargo (no caso, o governo executivo estadual dos 26 estados brasileiros e o distrito federal) o artigo passa, então, à discussão das continuidades e das rupturas na imagem das mulheres que competem nesse campo, não apenas entre os candidatos do sexo masculino, mas também entre si, a partir da análise das candidaturas das mulheres, apenas. Tal análise permitiria questionar se as imagens das mulheres que competem, no referencial determinado das eleições para governos estaduais no ano de 2006, validaram, ou não, no espaço político, determinados elementos vinculados a questão de gênero, como o do desvelo, ou se, no desenvolvimento de suas trajetórias políticas, elas foram capazes de abrir outras possibilidades para representação com a definição de trajetórias distintas no acesso à esfera política, sobretudo das mulheres, nesse campo.

O princípio básico da crítica feminista à representação formal está no fato da subrepresentação das mulheres nos espaços de poder<sup>3</sup>, sobretudo naqueles onde a forma de ingresso são as eleições, quando regidas pelo princípio da expressão da vontade individual pelo voto, sob o princípio de que cada indivíduo é o melhor juiz de suas decisões. Mesmo considerando os dados das

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política na Universidade de Brasília. E-mail para contato: andrea2046@gmail.com

<sup>2</sup> MIGUEL, Luis Felipe. "Carreira política e gênero no Brasil". Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 57/2008, 2008.

<sup>3</sup> SAPIRO, Virginia. 1981. "When are interest interesting? The problem of political representation of women". *American Political Science Review*, 75:702, 1981.



Nações Unidas<sup>4</sup> que mostram o aumento do número de mulheres em cargos de governo, que numa média global, passou de 8% para 18,2%, nos últimos 10 anos, a possibilidade de se atingir um mínimo de proporcionalidade na representação das mulheres (índices de proporcionalidade em cargos eletivos entre 40% e 60%) só seria atingida no ano de 2045, o que reforça a necessidade de se pensar a condição da subrepresentação como um problema a ser questionado em âmbito global. Contudo, também é crucial, sobretudo, nessa apresentação, discutir a questão da representação formal sob uma perspectiva de gênero em seus aspectos teóricos no âmbito da ciência política contemporânea.

No caso brasileiro, as mulheres têm, desde a reabertura política dos anos 80, se tornado um dos mais expressivos setores votantes do país. Representando, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições de 2008, 51,7% do eleitorado nacional, num universo de mais de 130 milhões de eleitores do país, e sendo maioria do eleitorado desde o ano 2000, com 50,4% dos votantes, as mulheres ainda são um grupo subrepresentado tanto no poder legislativo quanto no poder executivo no Brasil. Apesar do crescimento do número de mulheres votantes no país, essa evolução não é acompanhada por um maior número de mulheres ocupando cargos públicos eletivos, seja na disputa com base em um sistema proporcional, como é o caso dos cargos para o legislativo, seja no âmbito das disputas majoritárias, para os cargos do poder executivo.

Pensar o gênero como uma variável a ser considerada no âmbito da representação formal não é uma novidade: a partir do momento em que se argüiu pela necessidade de se dar às mulheres, diretamente, e não por meio de seus cônjuges ou pais, o direito à participação nos processos eleitorais, já se estabelecia um elemento formal para se questionar o conceito de representação política a partir de uma perspectiva de gênero. Contudo, esse momento inaugural da participação formal das mulheres no âmbito da política não se propunha a questionar os elementos mais fundamentais desse processo, ou seja, a própria instituição da representação formal como meio de expressão das vontades e a idéia de igualdade, na figura do voto, que essa possibilidade de participação formal trazia consigo<sup>5</sup>.

No sentido oferecido pela discussão sobre as possibilidades de diferentes formas de se compreender a representação que propõe a teoria política feminista, identificar uma dinâmica própria das mulheres, em termos de trajetória política, permitiria reconhecer os elementos que

---

<sup>4</sup> UNIFEM. 2009. “Quem responde às mulheres”. Relatório de progresso das mulheres do mundo 2008/2009. Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000395.pdf>. Acessado em 29 de janeiro de 2010.

<sup>5</sup> MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29. São Paulo, pp. 15, 1995.



impedem que as candidatas sejam mais competitivas politicamente em relação aos candidatos do sexo masculino, além de questionar as formas que restringem sua ação política, como, por exemplo, os cortes de gênero explicitados por imagens e discursos sobre o que essas candidatas são ou deveriam ser – ou, antes, que não lhes seja exigido assumir padrões de comportamento ou temáticas específicas para crescer no campo e ganhar peso no jogo político, o que é o elemento principal da relação de representação como relação constitutiva das identidades políticas. Essas questões não se restringem ao aspecto político, mas também podem ser reconhecidas por meio da representação cultural do papel das mulheres na história de nossa sociedade<sup>6</sup>.

Considera-se, aqui, enquanto referencial teórico do estudo, o conceito de campo, no sentido trabalhado por Pierre Bourdieu, como os espaços sociais estruturados a partir de uma lógica própria de ações, que por sua vez estruturam as visões de mundo que conformam o *habitus* dentro dessa estrutura, sendo que "todo campo se define pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial, pela fixação de objetivos que se apresentam como “naturais” para aqueles que deles participam"<sup>7</sup>. Cada campo determina seus próprios critérios de consagração, ou seja, de reconhecimento dentro dele pelos seus próprios participantes. O campo político é “o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”<sup>8</sup>.

No sentido da discussão sobre o campo político e as implicações de um questionamento orientado pela discussão de gênero sobre o problema da representação, devemos considerar que a categoria mulheres é tomada como uma categoria que é constantemente mobilizada frente à diversidade das possibilidades de diferenças socialmente estabelecidas, sobretudo, fora das esferas do debate público. Essa diversidade permite questionar a centralidade de alguns elementos da diversidade em serem problematizados politicamente, e a forma como o são, muitas vezes, de maneira acrítica. Repetir-se sobre a condição múltipla das identidades sem questionar porque algumas são mobilizadas politicamente, e outras não, têm tão pouco efeito quanto não considerá-las, e, nesse sentido, o que se pretende, aqui, não é negar a expressão da multiplicidade das identidades

<sup>6</sup> PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, São Paulo : EDUSC, 2005.

<sup>7</sup> MIGUEL, Luis Felipe. “Os meios de comunicação e a prática política”. Em: Lua Nova: revista de cultura e política, São Paulo, 55-56, 2002.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, PP. 164, 1989.



possíveis a um sujeito, mas pensar as implicações, sobretudo, políticas, dessa expressão na representação formal.

Numa das diversas perspectivas que segue a linha de uma discussão que pretende determinar os possíveis elementos que constituem experiências comuns às mulheres<sup>9</sup>, os debates sobre o pensamento maternal, que desdobram-se na discussão sobre a política do desvelo, tomam lugar a partir de uma reavaliação positiva das experiências femininas com base na maternagem – a idéia do cuidado como elemento constitutivo das experiências das mulheres enquanto indivíduos. Segundo as autoras do pensamento maternal<sup>10</sup>, o desenvolvimento psicológico e moral das mulheres estaria centrado muito mais na idéia do vínculo e da continuidade referentes ao cuidado do que na separação desses elementos concretos na idéia da autonomia, que é masculina. O problema central é o questionamento em relação a essas experiências concretas como inferiorizadas em relação às experiências abstratas relacionadas ao masculino, que seriam o padrão de referência de normatividade, universal. O debate em torno do pensamento maternal busca reinterpretar as experiências das mulheres colocando em xeque essa hierarquização das relações de gênero.

Contudo, essa reavaliação não passa por um questionamento mais profundo sobre as bases da valorização dessas experiências concretas, reafirmando que esse espaço, valorizado, constitui, de fato, um espaço de privacidade autônoma, reforçando a idéia central do pensamento maternal de que existe uma experiência comum das mulheres que determina uma moral e valores diferenciados da moral e dos valores masculinos, referentes à esfera pública. Nesse sentido, a proposta de intervenção do pensamento maternal está centrada na necessidade de se preservar a experiência da maternagem tanto no espaço privado, da família, quanto na possibilidade de expandi-lo ao espaço público, enquanto elemento transformativo. Pensando em termos da representação formal, a discussão do pensamento maternal traz a necessidade da inclusão das mulheres não apenas pela condição da subrepresentação, mas também pelo elemento de reconstrução que a moralidade diferenciada das mulheres traria a uma esfera pública pensada com base nos elementos do cuidado, o que lança as bases para se pensar na política como espaço para o cuidado, o desvelo, que seria,

---

<sup>9</sup> Algumas autoras que discutem em prol de correntes divergentes ao pensamento maternal foram citadas logo acima. São elas: Dietz, 2003, Fraser, 1992, Elshtain, 1981, Mackinnon, 1991, Phillips, 1991, Young, 1990. As discussões em relação a essas autoras não será apresentada nesse trabalho por questões de corte e de espaço.

<sup>10</sup> Sobre as autoras que discutem o pensamento maternal na teoria política feminista, ver ELSHTAIN, Jean Bethke. 1981. *Public man, private woman*. Princeton: Princeton University Press, 1981; GILLIGAN, Carol. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1982; RUDDICK, Sarah. *Maternal thinking: towards a politics of peace*. Boston: Beacon Press, 1989.



por si, o que as mulheres, e só as mulheres, poderiam acrescentar ao agressivo e combativo campo político.

No que se levanta em relação à possibilidade de uma autonomia do indivíduo na esfera da privacidade, o pensamento maternal limitará essa autonomia àquela referente à maternagem, ao cuidado. Nesse sentido, a própria idéia da existência de um elemento maternal inerente ao sujeito feminino é limitante, porque estabelece um critério de reavaliação da experiência restrito, baseado em uma idéia sobre o desenvolvimento social e moral das mulheres que, ao tentar reforçar possíveis elementos positivos das experiências comuns na busca de um sujeito feminino, acaba criando uma outra lógica de hierarquização das experiências, dessa vez baseada num referencial feminino, de suposta compaixão e cuidado.

O pensamento maternal, ao trazer em sua base o discurso do desvelo, e sendo usado como argumento para a inclusão das mulheres no campo político configura-se em uma imagem fortalecida pela reprodução das práticas sociais ligadas à maternagem para justificar a entrada das mulheres no campo político. Contudo, ela pode ser considerada um importante limitador não só dessa entrada, como também da progressão das carreiras das mulheres no campo político, justamente, como já dito, pelos discursos hegemônicos que regem esse campo, notadamente masculinos.

A análise da trajetória política das mulheres candidatas ao cargo de governo de estado no Brasil nas eleições de 2006 mostra, num primeiro momento, que alguns elementos da carreira política das mulheres nesse segmento analisado reforçam os estereótipos e expectativas referentes às experiências ditas femininas na trajetória dessas candidatas, como, por exemplo, a formação acadêmica e a profissão exercida por elas antes da vida política, que ainda poderiam ligar, em termos de uma imagem social, e mesmo sem o direcionamento a essa conclusão, essas mulheres a uma idéia de política que seria menos agressiva ou mais voltada a temas como a educação, a saúde ou o serviço social, temáticas enquadradas nos parâmetros do cuidado.

O perfil das candidaturas de homens e mulheres, conquanto não apresente clivagens muito latentes, dá sinais de diferenças importantes na construção das carreiras políticas a partir do elemento de gênero. No caso da análise das candidaturas de homens e mulheres às eleições estaduais de 2006 no Brasil<sup>11</sup>, vemos que a maioria das candidaturas para tal cargo, que é a mais

---

<sup>11</sup> Ressalto, aqui, a impossibilidade, pela restrição de caracteres imposta pelo regulamento dos seminários temáticos, da apresentação devida dos dados da pesquisa, dispostos em tabelas e gráficos, que acompanhariam a discussão do artigo. Caso haja interesse no acompanhamento desses dados, peço aos interessad@s que entrem em contato comigo, diretamente, por e-mail.



alta esfera de poder em âmbito estadual, são de homens, 175, representado 87,1% das candidaturas, enquanto as mulheres representam 12,9% do total de pleiteantes ao cargo de governo de estado.

O perfil partidário dos candidatos e candidatas segue, basicamente, as coligações feitas em nível nacional, que há época, ainda obedecia a regra da verticalização, que vinculava coligações nacionais às coligações estaduais. Os principais partidos nacionais, PT, PMDB e PSDB lançaram candidaturas próprias em mais de 10 estados; dos partidos pequenos, destacam-se o PSDC e o PSol, com 24 candidaturas cada, e o PCO, com 14 candidaturas. O partido com o maior número de candidatas é o PCO, com 6 candidatas, seguido pelo PT, com 5, reforçando a idéia de que os partidos de esquerda dão mais espaço às mulheres do que os partidos de direita.

No que se refere à faixa etária dos concorrentes, homens e mulheres apresentam padrões de idade distintos. Enquanto a média de idade dos homens é 52 anos de idade, a das mulheres, no geral, chega a 49 anos, sendo o máximo registrado entre as candidatas 62 anos. Entre os homens, o concorrente mais velho chega a ter até 71 anos de idade no ano das eleições. A média de idade dos homens nos permite afirmar que esses passam mais tempo na vida política dos que as mulheres. A maior frequência de idade registrada, para as mulheres, está entre os 40 e os 52 anos de idade, e para os homens, entre os 40 e os 60 anos, mostrando que as candidaturas para o executivo estadual tendem a ser ocupadas por candidatos e candidatas mais velhos, que seriam também, em tese, mais experientes.

No que tange ao grau de instrução, o perfil de homens e mulheres é similar: o que prevalece em ambos é a formação universitária completa. Mesmo considerando a prevalência desse padrão, cabe ressaltar que entre as mulheres a formação universitária completa é mais comum, sendo que 88,5% das candidatas têm o superior completo. Quanto aos homens, quando não há formação universitária completa, o resultado mais freqüente é o ensino médio completo, com 13,7% das entradas. Esses dados definem o poder executivo como um espaço que, novamente, é mais restrito, exigindo padrões de qualificação mais altos, o que o gráfico abaixo permite visualizar, em números absolutos. Cabe lembrar, também, que o perfil das mulheres, nesse sentido, exige que, em sua grande maioria, as mulheres que se candidatam a esses cargos tenham formação acadêmica completa, indicando um padrão de superqualificação das mulheres frente aos homens também no nível da competição política. Contudo, a qualificação de homens e mulheres difere sobremaneira em dois aspectos: o acadêmico e o profissional.

Os dados referentes à formação das candidatas reforçam uma imagem das mulheres que está ligada a áreas de cuidado e tutoria. As candidatas estão concentradas em duas formações:



bacharelado em direito, assim como a maioria dos homens, e pedagogia, das quais são as únicas representantes. Enquanto a formação dos homens é extremamente diversificada, com várias áreas citadas e muitos representantes em cada uma delas, a formação das mulheres é muito menos aberta. Se observarmos o perfil das candidaturas a partir das profissões reais, esses limites ficam mais claros: metade das candidatas, 13, atuam como professoras (que variam do nível médio ao nível superior), e apenas uma atua como advogada. Esse perfil das candidatas, como dito, reforça, em suas trajetórias, o trabalho com áreas de pouco prestígio dentro do campo político, como, por exemplo, os temas voltados à educação. Como contraposto a esse quadro, temos que uma área de prestígio no campo político como a de economia tem apenas uma mulher entre os profissionais formados na área.

Em relação aos homens, a maioria deles também exerce a profissão de professor, mas uma diferença marcante em relação às mulheres está na segunda profissão mais comum – o exercício da advocacia. Também é interessante entre homens e mulheres a participação na categoria que estabelece “político” como profissão: essa categoria foi criada para enquadrar homens e mulheres que estabeleceram sua vida profissional no meio político, como assessores, ou representantes eleitos e reeleitos durante várias candidaturas. Pela pesquisa, viu-se que esse tipo de trajetória é comum, sendo a terceira mais recorrente entre homens e mulheres, e por isso a necessidade de se estabelecer uma categoria para defini-la. A recorrência da categoria mostra que tanto para homens e mulheres um caminho traçado internamente ao campo é valioso para se chegar a um cargo executivo estadual.

No que se refere a importância de se estabelecerem laços políticos anteriores a uma candidatura de peso como é aquele referente aos governos estaduais, analisar as relações familiares também permitiu levantar elementos importantes à discussão da pesquisa. No perfil das candidaturas femininas, os pais e cônjuges são os parentes mais citados, geralmente em cargos como o de Governador, Senador e Deputado Federal. No caso dos candidatos, os cônjuges se destacam, mas em cargos menores, como prefeituras, assembleias estaduais e municipais e secretarias estaduais. Os pais também têm papel central nas candidaturas masculinas, sendo mais frequentes os cargos de Senador, Prefeito e Deputado Federal.

No caso específico das candidaturas das mulheres, o fato da principal ligação das bases familiares se darem por cônjuges e pais pode vincular a imagem e o perfil de algumas candidatas a uma perspectiva de dependência política. Em contraposição a vinculação dos homens, vemos que no caso das cônjuges, essas ocupam mais cargos de confiança do que cargos eletivos. No comparativo com as candidatas, vemos que essas têm cônjuges que desenvolveram carreiras



políticas mais visivelmente independentes da carreira de suas respectivas esposas, analisando os cargos já ocupados por eles, como, por exemplo, governos estaduais.

Ainda com referência ao capital político, os elementos que configuram a construção do capital proveniente atuação profissional se mostram pouco relevantes, mas ainda assim, no caso das candidaturas femininas, reiteram algumas constantes sobre a participação política das mulheres. Apenas 18,6% dos candidatos e candidatas participaram ou presidiram movimentos sindicais. As mulheres, no total, são maioria, proporcionalmente, nessa categoria, sendo que 38,4% delas tiveram participação ou presidiram sindicatos, contra apenas 15,7% dos candidatos do sexo masculino. Cabe ressaltar que boa parte dos sindicatos em questão eram sindicatos ligados aos profissionais de educação, reiterando o tema como nicho político das mulheres. Em relação à participação em movimentos sociais, as candidaturas femininas também são, proporcionalmente, mais comuns, com 23,1% de candidatas ligadas a esses movimentos contra 17,1% dos candidatos.

Os dados reiteram que o caminho comum às mulheres candidatas passa pela participação em movimentos sociais, muito mais do que por canais institucionalizados de acesso ao campo político, como os cargos de confiança em estruturas governamentais. Outros dois campos que pareceram muito pouco explorados pelos candidatos e candidatas são os dos grupos de mulheres e grupos feministas; e os conselhos gestores. Ambos tiveram participação muito baixa, tanto por candidatos e candidatas, sendo mínima a diferença entre eles nos dois espaços. Essa pouca participação tanto de homens quanto de mulheres nesses dois grupos mostra que a mobilização política das mulheres não está vinculada às demandas específicas de grupos de mulheres ou feministas, ou mesmo a problemáticas localizadas, como seria o caso a se pensar na questão dos conselhos gestores.

Como visto, o perfil das candidaturas das mulheres aos governos estaduais nas eleições de 2006 mostra que as candidatas a esse cargo no Brasil têm, numa visão geral, além de uma média de idade menor que a dos homens que concorrem ao mesmo cargo, um perfil de formação alto, voltado para a área de humanidades, profissionalmente voltado para o magistério e politicamente vinculado a grupos organizados fora da esfera política formal, como os sindicatos e os movimentos sociais. A relação entre certos elementos comuns a essas candidaturas das mulheres e o reforço a uma idéia que comumente restringe a competitividade desse grupo no campo político, identificado com base na discussão sobre a maternagem e o desdobramento na política do desvelo, que reforçariam um padrão identitário limitante, que, tomando a representação política enquanto um processo constitutivo de identidades, seria a reprodução de um pré-conceito em relação a participação política das mulheres, não significa, necessariamente, que apenas com uma adaptação na mudança



do perfil das candidaturas das mulheres essas passem a se tornar mais competitivas, porque assimilam suas trajetórias àquelas dos homens.

De fato, o problema se torna muito mais complexo se considerarmos a necessidades de reavaliação da experiência do político, no caso, uma reorganização do campo que reconheça a importância dessas temáticas menosprezadas porque ligadas ao que se considera feminino, e, portanto, na lógica dominante, negativo. Ao mesmo tempo, considerando que esses processos levam tempo, é preciso pensar, para além de formas de inclusão das mulheres no campo político, em tornar esse grupo mais competitivo, e, nesse sentido, é essencial buscar identificar os padrões no desenvolvimento político das mulheres enquanto grupo mobilizado na esfera política, para se discutir e indagar os possíveis elementos limitadores de sua participação efetiva nesse espaço.

Nesse sentido, é preciso considerar que, mesmo com a qualificação elevada das mulheres candidatas ao cargo do governo estadual, e uma média de idade próxima aquela dos homens, possíveis elementos limitadores sejam a formação e a escolha profissional, duas variáveis destoantes na trajetória política de homens e mulheres ao cargo. Conquanto não seja possível afirmar que essa diferença seja, por si só, um elemento limitador, é preciso considerar que ela é, ao menos, um indicativo, como dito, de uma trajetória política diferenciada, que está ligada a um discurso comum que é, em si, limitante, ao definir, a priori, interesses e possibilidades de atuação das mulheres num determinado campo. Da mesma forma, é preciso considerar a importância dos sindicatos e dos movimentos sociais para a trajetória política das mulheres, valorizando esses espaços também enquanto espaços de formação de lideranças políticas, mas questionando o motivo pelo qual eles se tornam um espaço mais aberto às mulheres do que outros espaços mais formalizados.

### *Referências Bibliográficas*

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

ELSHTAIN, Jean Bethke. 1981. *Public man, private woman*. Princeton: Princeton University Press.

GILLIGAN, Carol. 1982. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge (MA): Harvard University Press.

MANIN, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29. São Paulo, pp. 5-24, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe. "Os meios de comunicação e a prática política". Em: *Lua Nova: revista de cultura e política*, São Paulo, 55-56, 2002.



\_\_\_\_\_. “*Carreira política e gênero no Brasil*”. Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 57/2008.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, São Paulo : EDUSC, 2005.

RUDDICK, Sarah. 1989. *Maternal thinking: towards a politics of peace*. Boston: Beacon Press.

SAPIRO, Virginia. 1981. “When are interest interesting? The problem of political representation of women”. *American Political Science Review*, 75:701-16.

UNIFEM. 2009. “Quem responde às mulheres”. Relatório de progresso das mulheres do mundo 2008/2009. Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000395.pdf>